

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 25ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
1.2 – Mesa da Assembleia

2 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

3 – ERRATAS



ATAS

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 17/7/2020

Presidência dos Deputados Agostinho Patrus e Tadeu Martins Leite

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): Orientações sobre a Votação Remota – Discussão e Votação de Proposições: Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 104/2020; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 105/2020; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; Votação, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 45/2020; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 176/2019; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.739/2020; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.974/2020; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.065/2020; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.081/2020; designação de relator; emissão de parecer pelo relator – Votação nominal e remota do Projeto de Resolução nº 101/2020; aprovação – Votação nominal e remota do Projeto de Resolução nº 105/2020; aprovação – Votação nominal e remota do Projeto de Lei Complementar nº 45/2020; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Votação nominal e remota do Projeto de Lei nº 176/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 3; prejudicialidade dos Substitutivos nº 1 e 2 – Votação nominal e remota do Projeto de Lei nº 1.739/2020; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Votação nominal e remota do Projeto de Lei nº 1.974/2020; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Votação nominal e remota do Projeto de Lei nº 2.065/2020; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Votação nominal e remota do Projeto de Lei nº 2.081/2020; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – 3ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 104 e 105/2020, do Projeto de Lei Complementar nº 45/2020 e dos Projetos de Lei nºs 176/2019 e 1.739, 1.974, 2.065 e 2.081/2020; aprovação – Declarações de Voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola –

Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 9h9min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

1ª Parte

Ata

– O presidente, nos termos do § 3º do art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.737/2020, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a apreciação da matéria constante na pauta.

Orientações Quanto à Votação Remota

O presidente – A presidência, diante da emergência de saúde pública ocasionada pela Pandemia da Covid-19 e da importância da adoção de procedimentos de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus, e tendo em vista a necessidade de preservar a continuidade das atividades parlamentares e legislativas, esclarece que a apreciação de proposições de caráter urgente será realizada de forma remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, observando-se as seguintes diretrizes:

- 1) A matéria de caráter urgente será submetida a votação nominal e remota pela plataforma do Silegis, na aba “Votação”, onde o parlamentar deverá inserir a senha da reunião, previamente informada;
- 2) Para cada proposição constante na pauta serão feitas duas chamadas de votação e os parlamentares terão o prazo de 1 minuto para registrarem seu voto “Sim”, “Não” ou “Em Branco”;
- 3) Concluído o processo de votação remota de cada proposição pela plataforma do Silegis, não será permitida retificação de voto;
- 4) A Presidência informa ao Plenário que os parlamentares podem se inscrever para declaração de voto acessando a plataforma Silegis, na aba “Reuniões/Plenário”. Será concedida a palavra para declaração de voto por até 2 minutos, somente após o término das votações de todas as proposições da pauta.

Votação de Proposições

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 104/2020, da Mesa da Assembleia, que reconhece o estado de calamidade pública nos Municípios de Araçai, Araxá, Barão de Cocais, Bertópolis, Cachoeira Dourada, Capela Nova, Capelinha, Capitólio, Carlos Chagas, Chapada do Norte, Descoberto, Divinolândia de Minas, Felisburgo, Ibiá, Igarapé, Itabirinha, Luminárias, Morro do Pilar, Naque, Nova Ponte, Palma, Rio Casca, Sabinópolis, Salto da Divisa, Santa Margarida, Santa Maria do Suaçuí, Santana da Vargem, São José da Safira, Silvianópolis, Tabuleiro e Verdelândia, em decorrência da pandemia de Covid-19,

causada pelo coronavírus. Aferido caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vem o projeto ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da mesma deliberação, designa relator da matéria o deputado André Quintão. Com a palavra, o deputado Gustavo Santana, para emitir seu parecer.

O deputado Gustavo Santana – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para Turno Único do Projeto de Resolução nº 104/2020 foi publicado na edição do dia 18/7/2020.

O Presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 105/2020, da Mesa da Assembleia, que mantém, até 31 de dezembro de 2020, o reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 no Estado e prorroga, até a mesma data, o reconhecimento do estado de calamidade pública nos municípios que menciona. Aferido caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vem o projeto ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da mesma deliberação, designa relator da matéria o deputado Gustavo Valadares. Com a palavra, o deputado Gustavo Valadares, para emitir seu parecer.

O deputado Gustavo Valadares – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para Turno Único do Projeto de Resolução nº 105/2020 foi publicado na edição do dia 18/7/2020.

O Presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 45/2020, do Procurador-Geral de Justiça, que altera o § 1º e acrescenta o § 2º-A ao art. 5º da Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Aferido caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vem o projeto ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da mesma deliberação, designa relator da matéria o deputado Cássio Soares. Com a palavra, o deputado Cássio Soares para emitir seu parecer.

O deputado Cássio Soares – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Complementar nº 45/2020 foi publicado na edição do dia 18/7/2020.

O Presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 176/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, que altera a Lei nº 22.256, de 27 de julho de 2016, que institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão dos Direitos da Mulher opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. Aferido caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vem o projeto ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da mesma deliberação, designa relator da matéria o deputado Cássio Soares. Com a palavra, o deputado Cássio Soares para emitir seu parecer.

O deputado Cássio Soares – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 176/2019 foi publicado na edição do dia 18/7/2020.

O Presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.739/2020, do deputado Professor Wendel Mesquita, que suspende imediatamente todos os prazos relativos aos concursos públicos, em razão da pandemia de covid-19. Aferido caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vem o projeto ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da mesma deliberação, designa relator da matéria o deputado Gustavo Valadares. Com a palavra, o deputado Gustavo Valadares, para emitir seu parecer.

O deputado Gustavo Valadares – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 1.739/2020 foi publicado na edição do dia 18/7/2020.

O Presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.974/2020, do deputado Charles Santos, que estabelece normas para o correto descarte de máscaras de proteção individual e outros Equipamentos de Proteção Individual, como medida de redução da transmissão do novo coronavírus, no âmbito do Estado. Aferido caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vem o projeto

ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da mesma deliberação, designa relator da matéria o deputado Gustavo Valadares. Com a palavra, o deputado Gustavo Valadares, para emitir seu parecer.

O deputado Gustavo Valadares – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 1.974/2020 foi publicado na edição do dia 18/7/2020.

O Presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.065/2020, do deputado Doorgal Andrada, que dispõe sobre o ensino remoto no Estado durante a pandemia de covid-19. Aferido caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vem o projeto ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da mesma deliberação, designa relator da matéria o deputado Gustavo Valadares. Com a palavra, o deputado Gustavo Valadares, para emitir seu parecer.

O deputado Gustavo Valadares – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 2.065/2020 foi publicado na edição do dia 18/7/2020.

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.081/2020, do deputado Alencar da Silveira Jr., da deputada Andréia de Jesus e dos deputados Celinho Sintrocel, Doutor Jean Freire, Fábio Avelar de Oliveira, Fernando Pacheco, Gil Pereira, Raul Belém, Ulysses Gomes e Zé Guilherme, que acrescenta inciso ao art. 11 da Lei nº 23.631, de 2 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, causada por coronavírus. Aferido caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vem o projeto ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da mesma deliberação, designa relator da matéria o deputado Gustavo Valadares. Com a palavra, o deputado Gustavo Valadares, para emitir seu parecer.

O deputado Gustavo Valadares – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 2.081/2020 foi publicado na edição do dia 18/7/2020.

O presidente – A presidência vai submeter as matérias a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma do Silegis, de conformidade com a Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.737, de 2020.

Em votação, o Projeto de Resolução nº 104/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Tadeu Martins Leite – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

– Registram “não”:

Cleitinho Azevedo – Delegada Sheila – Doutor Wilson Batista – Sargento Rodrigues.

– Registra “branco”:

Guilherme da Cunha.

O presidente – Votaram “sim” 56 deputados. Votaram “não” 4 deputados. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Resolução nº 104/2020. À redação final.

Em votação, o Projeto de Resolução nº 105/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

– Registram “não”:

Cleitinho Azevedo – Sargento Rodrigues.

– Registra “branco”:

Doutor Wilson Batista.

O presidente – Votaram “sim” 62 deputados. Votaram “não” 2 deputados. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Resolução nº 105/2020. À redação final.

Em votação, o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei Complementar nº 45/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

– Registra “não”:

Sargento Rodrigues.

O presidente – Votaram “sim” 67 deputados. Votou “não” 1 deputado. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei Complementar nº 45/2020 na forma do Substitutivo nº 1. À redação final.

Em votação, o Substitutivo nº 3 ao Projeto de Lei nº 176/2019.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

– Registra “não”:

Bartô.

O presidente – Votaram “sim” 66 deputados. Votou “não” 1 deputado. Está aprovado o Substitutivo nº 3. Com a aprovação do Substitutivo nº 3, ficam prejudicados os Substitutivos nºs 1 e 2. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 176/2019 na forma do Substitutivo nº 3. À redação final.

Em votação, o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.739/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 69 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.739/2020 na forma do Substitutivo nº 1. À redação final.

Em votação, o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.974/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior

– Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 69 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.974/2020 na forma do Substitutivo nº 1. À redação final.

Em votação, o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 2.065/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

– Registra “branco”:

Andréia de Jesus.

O presidente – Votaram “sim” 67 deputados. Houve 1 voto em branco. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.065/2020. na forma do Substitutivo nº 1. À redação final.

Em votação, o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 2.081/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 66 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.081/2020 na forma do Substitutivo nº 1. À redação final.

Votação de Pareceres de Redação Final

O presidente – A presidência designa relator o deputado Gustavo Valadares para emitir os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 104 e 105/2020, do Projeto de Lei Complementar nº 45/2020 e dos Projetos de Lei nºs 176/2019 e 1.739, 1.974, 2.065 e 2.081/2020. Com a palavra, o deputado Gustavo Valadares, para emitir seus pareceres.

O deputado Gustavo Valadares – Sr. Presidente, meus pareceres são os seguintes:

– Os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 104 e 105/2020, do Projeto de Lei Complementar nº 45/2020 e dos Projetos de Lei nºs 176/2019 e 1.739, 1.974, 2.065 e 2.081/2020 foram publicados na edição do dia 18/7/2020.

O presidente – A presidência vai submeter os pareceres de redação final a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma do Silegis.

Em votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 104/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocél – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

– Registram “não”:

Delegada Sheila – Sargento Rodrigues.

O presidente – Votaram “sim” 62 deputados. Votaram “não” 2 deputados. Está aprovado o parecer. À promulgação.

Em votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 105/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocél – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

– Registra “não”:

Sargento Rodrigues.

O presidente – Votaram “sim” 61 deputados. Votou “não” 1 deputado. Está aprovado o parecer. À promulgação.

Em votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 45/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocél – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo

Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

– Registra “não”:

Sargento Rodrigues.

O presidente – Votaram “sim” 60 deputados. Votou “não” 1 deputado. Está aprovado o parecer. À sanção.

Em votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 176/2019.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bráulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocél – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 61 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

Em votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.739/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bráulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocél – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 62 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

Em votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.974/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bráulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocél – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto

Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 57 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

Em votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.065/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 56 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

Em votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.081/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Carlos Henrique – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 57 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

Declarações de Voto

O deputado André Quintão – Bom dia, presidente Agostinho Patrus; bom dia, relatores: Cássio Soares, Gustavo Valadares, Gustavo Santana; bom dia, demais deputados e deputadas. Nós, nesta manhã, concluímos mais uma etapa importante de votações, neste semestre legislativo, de projetos relacionados à Covid. Eu não tenho nenhuma dúvida de que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais foi a que mais produziu do ponto de vista legislativo nesse período. Temos dezenas de legislações importantíssimas; há inclusive uma grande lei de enfrentamento à pandemia e seus efeitos: a Lei nº 23.631, que está sendo aperfeiçoada a cada semana por novos projetos. E hoje destacaria o projeto que suspende o prazo dos concursos – isso é muito importante; é importante para o Estado porque há, se precisar, essa retaguarda para convocação de concursados, sem necessidade de um novo concurso agora, que obviamente seria impossível, e também ele estabelece o direito do concursado uma vez que a pandemia desestabiliza também o ordenamento natural da administração pública no que se refere à questão de novas convocações. Foram projetos importantes de apoio financeiro, no caso do BDMG e também da violência doméstica, do banco de empregos, ou seja, foi um conjunto de legislações

importantes. Eu destacaria isso porque é fundamental que agora o governo de Minas, além da preocupação sanitária, epidemiológica, que é a principal neste momento, óbvio, também exerça e cumpra efetivamente as legislações aprovadas pela Assembleia. A questão do auxílio emergencial e financeiro ainda está muito tímido em nosso estado, assim como o apoio às comunidades tradicionais e a outras tantas áreas. Então concluo, presidente, destacando o trabalho da Assembleia Legislativa coordenado por V. Exa., e um abraço muito especial a todos os servidores e servidoras, funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa. Sem eles não teríamos condição de apresentar ao Estado e ao País uma produção legislativa de tão boa qualidade. São essas as minhas palavras. Um grande abraço.

O presidente – Muito obrigado, deputado André Quintão.

A deputada Ana Paula Siqueira – Bom dia, presidente, bom dia, colegas deputadas, colegas deputados, equipe de assessoria da Assembleia Legislativa de Minas, e bom dia a todo o povo mineiro que nos acompanha. Quero fazer a minha declaração de voto dizendo que votei “sim” a todos os projetos do dia e considerarei todos eles relevantes. Mas quero destacar o PL de minha autoria, que cria o banco de emprego para mulheres vítimas de violência doméstica, e dizer que o considero extremamente importante e necessário na nossa sociedade. Quero parabenizar o relator, deputado Cássio Soares, pelo consistente embasamento do parecer e destacar uma parte desse parecer: “Estamos convencidos de que o fenômeno da violência contra a mulher desafia os Poderes do Estado a incrementarem continuamente a sua atuação”. Então quero destacar que a autonomia econômica das mulheres é fundamental para o rompimento do ciclo de violência doméstica; é extremamente importante. Quero destacar também, na figura do deputado Cristiano Silveira, autor do projeto de lei que originou a lei que institui a política para mulheres vítimas de violência, uma saudação ao Bloco Democracia e Luta, que me acompanha e me fortalece nas discussões que considero importantes, e dizer da importância da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia, que também deu um parecer favorável a esse projeto. Agradecer a cada deputada e a cada deputado o voto favorável. Com esse voto, fica registrado o compromisso da Assembleia Legislativa de Minas Gerais para com as políticas públicas, especialmente para aquelas pessoas mais vulneráveis. Esse voto “sim” faz valer o voto de cada mineira e de cada mineiro que confia em nós a defesa das políticas públicas. Quero agradecer também, presidente, e parabenizar a minha equipe de trabalho, a equipe do meu gabinete, uma equipe que não mede esforços para que possamos fazer a política acontecer, a boa política. É uma equipe também composta majoritariamente por mulheres e que tem todo o empenho e dedicação nessas sistemáticas. Para finalizar, porque também considero extremamente relevante – deixei esse destaque para o final – a todas as mulheres, vítimas de violência ou não, do Estado de Minas Gerais, quero dizer que somos sensíveis às suas necessidades. Sigo firme aqui na luta por justiça social, por meio do bom trabalho da política. Um abraço a todos e um bom dia. Sigamos os nossos trabalhos.

O presidente – Muito obrigado, deputado Ana Paula Siqueira.

A deputada Andréia de Jesus – Bom dia, presidente; bom dia, deputadas e deputados; bom dia àqueles que nos assistem. Também quero parabenizar os relatores presentes. A minha declaração de voto será talvez um pouco mais concentrada no PL que apresentamos, do qual sou coautora, e que visa inclusive ficarmos atentos ao cenário de crise, tanto ao cenário de crise prolongada, em nível sanitário, quanto à crise política, econômica e de insegurança jurídica porque o direito, a economia e a política caminham juntos. Temos que apostar em outras formas de fomento para a economia. Só dizer que o Estado está quebrado não é prática de gestão, muito menos compromisso com os mineiros. Então, o que nós fizemos nesse esforço coletivo – quero agradecer a todos que votaram positivamente no nosso PL – foi garantir, evocar – palavra melhor – que o BDMG, o Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, seja também sensível, altere as diretrizes para fazer uma revisão do desenvolvimento, pensando nos pequenos, nas iniciativas criativas, na economia feminista, na economia popular, para que, de fato, a gente tenha condições de diminuir esse impacto causado pela Covid-19 nesses diversos campos que eu já mencionei. Fazer a reconversão é um instrumento importante para que empresas, pequenos empreendimentos e também toda a cadeia produtiva no campo cultural possa nesse momento ser beneficiada pelo banco, mas também que abra outros postos de trabalho e mantenha os empregos que já existem. Eu quero reforçar isso porque a reconversão

pode garantir que as empresas produzam medicamentos, equipamentos de proteção, máscaras, álcool em gel. A gente já viu empresas com essa iniciativa, e o objetivo desse PL é fomentar ainda mais essa atuação, especialmente em se tratando do setor de saúde. Eu quero reforçar aqui que essas medidas são fundamentais para aumentar a receita do Estado, liberar o fluxo de caixa dos municípios, proteger e fomentar a economia mineira e garantir a proteção dos trabalhadores e das trabalhadoras. Essa é a razão por que me somei aos colegas autores desse projeto, para que, de fato, a gente possa combater a pobreza, os fatores que marginalizam, além de promover essa integração social com as várias outras formas de economia que têm surgido e são muito importantes. De fato, o governador ouviu muito bem a Federação das Indústrias e os movimentos sociais, as organizações, as lideranças sociais, que têm escrito um plano de recuperação da economia popular. É dessa fonte que eu bebo e que me orientou nessa construção coletiva. Apontei algumas medidas de curto prazo, mas trago outras medidas de longo prazo e gostaria de deixá-las aqui, porque é importante a gente ampliar alternativas de trabalho e renda, contratando trabalhadores diretos de associações, de cooperativas, de economia popular e feminista, nas obras de saneamento, por exemplo, na reparação dos danos decorrentes da chuva de 2020, na reparação em melhoria na habitação, equipamentos populares públicos, nas favelas e periferias, regeneração de áreas comuns, inclusive reflorestamento, contratação na área de saúde e assistência. Essas são as necessidades que inclusive darão fôlego para o Estado, não só na arrecadação mas também ao fomentar emprego, e agir de imediato para reduzir os danos da pandemia e também da crise econômica, que não começou com a pandemia. Nós temos uma degradação desse modelo econômico, que precisa ser renovado. Eu quero também aqui ressaltar a importância do PL, do projeto, o projeto de lei da deputada Ana Paula Siqueira... (– É interrompida.)

O presidente – Para encerrar, deputada.

A deputada Andréia de Jesus – Estou finalizando. Esse projeto de lei é extremamente importante, sensato e sagaz. Ela trouxe a proposta de relação de renda, mas também de combate à violência contra as mulheres. Essas são as minhas palavras, presidente.

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Obrigado, deputada Andréia de Jesus. Com a palavra, para declaração de voto, a deputada Laura Serrano.

A deputada Laura Serrano – Bom dia, Sr. Presidente; bom dia, colegas deputados, mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia, pelo portal e pelas redes sociais. Hoje aprovamos projetos importantes nesta Casa, e eu gostaria de destacar o Projeto de Lei nº 2.065, de 2020, do deputado Doorgal Andrada, que foi aprovado. Ele está relacionado à temática da educação, que é tão fundamental e tão importante para que a gente tenha as mudanças estruturais necessárias para termos igualdade de oportunidades para as nossas crianças mineiras, independentemente de classe social. Esse projeto que aprovamos hoje, nesta Casa, com o apoio de vários deputados, prevê que o Reanp – Regime de Estudos Não Presencial –, da rede estadual de Minas Gerais, deve atender aos preceitos e às diretrizes da BNCC, Base Nacional Comum Curricular, e do currículo de referência de Minas Gerais. Então, esses pontos são muito importantes para garantir que as crianças mineiras e os jovens mineiros tenham acesso a esse conteúdo mínimo da educação básica, de forma a garantir igualdade de oportunidade para todos, mesmo durante esse período de pandemia, e há necessidade da educação feita de forma remota. Quero, por fim, também, Sr. Presidente, destacar a importância da aprovação de hoje da extensão do decreto de calamidade pública do Estado de Minas Gerais, que vigora até dia 31/12/2020, até o final deste ano. Já passamos pelo pico da pandemia, estamos durante a fase mais crítica. Então é necessário que a gente faça, de fato, a extensão desse prazo, como vem sendo feito também para uma série de municípios mineiros. Muito obrigada.

O presidente – Obrigado, deputada Laura Serrano. Neste momento, com a palavra, para declaração de voto, o deputado Professor Wendel Mesquita.

O deputado Professor Wendel Mesquita – Bom dia, presidente, deputado Tadeu. Bom dia a todos os deputados e deputadas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Eu quero, aqui, parabenizar todos os deputados, toda a Casa pelo intenso trabalho que está sendo realizado hoje, nesta sexta-feira, mais um dia importante para Minas Gerais, para a aprovação de muitos projetos tão

fundamentais para este processo legislativo que a gente vive nesse período de pandemia. Parablenizo todos os deputados e deputadas que apresentaram importantes projetos, que realmente vão mudar a história e vão mudar o rumo do momento que a gente vive. Quero destacar, presidente, o projeto de minha autoria, o 1.739, que era um projeto importante. A gente via as categorias pedindo essa aprovação. Agradeço a todos os deputados pela sensibilidade de aprovarem hoje o Projeto nº 1.739, que suspende os prazos dos concursos. A gente tinha muitas categorias cujo concurso estava vencendo agora, neste período de pandemia, e que ficariam prejudicados, se essa legislação não fosse aprovada. Diante dessa aprovação, com a sanção do governador, a gente vai ter a possibilidade de esses concursados continuarem com a possibilidade de ingressar no quadro do Estado. E aqueles concursos também que estavam ativos e terminariam também nesse período vão se estender pós-pandemia, que, agora, com o projeto aprovado hoje, vai até 31 de dezembro. Então, agradeço a todos os deputados. As categorias já vinham falando dessa preocupação, desse projeto com o substitutivo. Agradeço e parablenizo o relator, o nosso líder do bloco, deputado Gustavo Valadares, que, como sempre, fez um substitutivo incrementando e trazendo esse conceito importante para o projeto, junto com os outros deputados, como a deputada Beatriz Cerqueira, que apresentou um projeto similar, que foi anexado ao Projeto nº 1.739. Por fim, quero aqui agradecer à Mesa da Assembleia pelos trabalhos, pela atividade e pela discussão que aconteceu nesta semana, dando voz, presidente, aos sindicatos, aos movimentos organizados com relação à reforma da Previdência. E essa extensão para agosto foi muito prudente e muito importante para a gente ganhar um tempo e ampliar esse canal de discussão. Um grande abraço para todos os deputados. Obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado e parabéns, deputado Professor Wendel. Com a palavra, para declaração de voto, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, bom dia. Bom dia aos colegas parlamentares. Eu quero dizer, presidente, da importância da votação do projeto de lei que faz a suspensão do prazo de validade dos concursos. Concurso público fortalece o serviço público. Concurso público fortalece a Previdência própria. Acabamos de ter um seminário virtual a respeito disso. É claro e notório que, no caso do Judiciário, existe uma defasagem de pessoal efetivo, e, por isso, existe um edital, que é o Edital nº 01/2017, que precisava muito da aprovação de um projeto de lei que fizesse a sua suspensão. Por isso, em parceria com o Serjusmig, nós construímos e apresentação o Projeto de Lei nº 2.022, que foi anexado ao projeto que foi votado, e a sua aprovação é muito relevante, porque é impossível a nomeação de concurso público durante uma pandemia. Então, a suspensão do prazo de validade durante a calamidade, durante a pandemia, foi uma decisão acertada e uma votação acertada. Eu deixo o meu abraço a toda a direção do Serjusmig, aos servidores efetivos do Judiciário e à Comissão dos Aprovados em concurso, reforçando o meu compromisso de defesa dos serviços públicos, dos seus servidores e daqueles que querem ser servidores e que prestam concurso público. Eu não tenho dúvida de que, quando eu defendo o serviço público, estou defendendo a população mineira, porque o produto que o Estado tem a entregar ao povo é a prestação do serviço público. E a prestação de um serviço público de qualidade se faz com condições adequadas de trabalho, com carreira, com salários dignos, com Previdência que garanta direitos. E, sem sombra de dúvidas, políticas de concurso são muito importantes. Então, renovo esse meu compromisso, mas fundamentalmente agradecendo a confiança à comissão dos concursados e também à direção do Serjusmig para que nós fizéssemos essa construção que resultou no Projeto de Lei nº 2.022, anexado ao projeto que foi aprovado. E o resultado, com a sua aprovação, é um resultado positivo para toda a sociedade mineira. Então, fica aqui a nossa prestação de contas, a nossa declaração de voto e o nosso compromisso em defesa dos serviços públicos.

O presidente – Obrigado, deputada Beatriz Cerqueira. Neste momento, com a palavra, o deputado Celinho Sintrocel, para declaração de voto.

O deputado Celinho Sintrocel – Bom dia, presidente Tadeu Martins; bom dia, demais deputados presentes. Em minha declaração de voto, presidente, eu quero agradecer aos deputados e às deputadas que aprovaram, dentre outros projetos importantes, o Projeto de Lei nº 2.081. Este projeto de lei, de que sou um dos autores, indica novas diretrizes para que o Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais – BDMG – tome medidas mais eficazes para combater os impactos econômicos causados pela pandemia

de Covid-19 em nosso estado. Agradeço ao deputado Gustavo Valadares, relator da matéria, que absorveu as propostas que apresentei através dos Projetos de Lei nºs 1.717 e 1.716. Com os projetos que apresentei, eu queria alterar a Lei nº 23.631/2020, para reduzir os prejuízos e os danos que as empresas tiveram, por exemplo, quando foram obrigadas a suspender suas atividades em função das medidas de isolamento social. Na ocasião, eu propus que o BDMG promovesse linhas de crédito especiais para todas as empresas e indústrias ligadas a serviços e produtos essenciais à população do Estado. O projeto busca gerar e garantir crédito barato a todas as empresas para que honrem seus compromissos – rediscutir financiamento, parcelas e prazos, por exemplo. O projeto que aprovamos incorporou grande parte das propostas que eu fiz, junto com sugestões de outros deputados. Aprimoramos muito o texto final, que também me contemplou. Tenho certeza, presidente, de que estamos colaborando para a recuperação de muitas e muitas empresas em nosso Estado de Minas Gerais e também para que os municípios adêquem suas contas, que tenham folga e que invistam em políticas públicas. Só com investimento público é que vamos reaquecer a nossa economia mineira, presidente Tadeu. A aprovação desse projeto de lei e a sanção do governador vão criar condições para o BDMG oferecer linhas de crédito em condições especiais, em que poderão ser discutidas contrapartidas sociais, por exemplo, com a manutenção de empregos, o que é muito importante para o nosso estado. A proposta que acabamos de aprovar, presidente, vai impactar positivamente as microempresas, as pequenas, as médias e até mesmo as grandes empresas. Com as abrangências que demos à lei aprovada agora, será possível salvar empresas das mais diversas áreas, como o comércio, a indústria, a prestação de serviços, as escolas privadas, as empresas de ônibus, de transporte coletivo de passageiros municipal e intermunicipal e as empresas de artesanato. A proposta vai ajudar também as empresas que quiserem produzir equipamentos médicos. As empresas de todas as partes, de muitas áreas, têm agora onde recorrer, e o BDMG tem que socorrer todas elas. Estou muito satisfeito com a aprovação de nossas propostas, mas tenho que alertar: para além de aprovarmos aqui, hoje, esse projeto e de garantir a sanção do governador, é preciso, Tadeu Martins, presidente, que a Assembleia e nós deputados acompanhem a implantação do que aprovamos aqui hoje. Num momento de pandemia, como o que vivemos, é preciso, deputado Tadeu Martins, garantir que as leis saiam do papel para que possam reverter os benefícios para a nossa população. Agradeço imensamente. Muito obrigado e desejo a todos um bom final de semana.

O presidente – Obrigado, deputado Celinho Sintrocel. Neste momento, com a palavra, o deputado Doutor Jean Freire, para declaração de voto.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, caros colegas deputados e deputadas, povo mineiro, povo do Jequitinhonha e do Mucuri, esta semana, dois fatos importantes aconteceram nesta Assembleia, de iniciativa desta Casa. O primeiro – e quero aqui parabenizar esta Casa por ter mostrado realmente que é a voz do cidadão – é quando a Casa chama para a discussão, para o seminário, dando voz, ainda que de maneira remota e ainda que por pouco tempo, mas fez o seu papel que o governo do Estado não fez, que é chamar para o diálogo, chamar para a discussão. E, finalizando a semana e iniciando o último dia útil da semana, com a aprovação de vários projetos de lei, projetos de muita importância, que discutem o que nós deveríamos estar discutindo durante todo esse tempo, que é o enfrentamento à pandemia. Então esta Casa dá mais um sinal, mais uma prova, de que está fazendo, com seriedade, aquilo que a gente espera que todos façam: o enfrentamento a essa pandemia. Quero agradecer aos deputados e às deputadas que votaram em todos os projetos, todos são de muita relevância, como o de enfrentamento à violência doméstica, as questões do ensino de maneira remota e da suspensão dos prazos de concursos e um projeto da nossa autoria também – sou um dos autores – que é o Projeto nº 2.081, que vai propiciar, entre tantas situações importantes, como salvar empresas e prefeituras, empresas que se coloquem à disposição de fazer mudança da sua planta para produção de materiais médicos, materiais hospitalares para o enfrentamento à pandemia. Então, Sr. Presidente, eu fecho a minha participação agora, nesta parte da manhã, agradecendo a esta Casa por mais uma vez ter feito um belíssimo trabalho. Parabéns a todos deputados e deputadas.

O presidente – Obrigado, deputado Doutor Jean Freire. Neste momento, com a palavra, o deputado Carlos Pimenta, para sua declaração de voto.

O deputado Carlos Pimenta – Bom dia, presidente Tadeu. Bom dia, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Nós cumprimos aí uma missão muito importante hoje, com a votação desses projetos. O projeto do Professor Wendel foi muito importante. Eu recebi inúmeros contatos pelo WhatsApp e por e-mail, de pessoas preocupadas com essa questão dos prazos dos concursos públicos, e agora a gente põe um ponto final nessa questão, suspendendo esses prazos. Isso foi muito importante. Também todos os outros projetos foram importantes. Mas eu queria, neste momento, Tadeu, primeiro, relatar a minha alegria, acredito que a nossa alegria, porque o senhor também é daqui da região, quando o Ministério da Saúde autoriza o funcionamento de 48 novos leitos de CTI, aqui na região. A cidade de Porteirinha estará recebendo 5 novos CTIs; Brasília de Minas, 10 CTIs novos, para poder atender aquela população, uma região que estava sofrendo muito devido aos números de casos que estão ocorrendo de coronavírus; Taiobeiras, mais 10; Pirapora, 5; e Curvelo, que estará também recebendo 29 leitos de CTI. No total, Minas Gerais tem hoje o credenciamento de 486 novos leitos de CTI. Então nós estamos preparando, e praticamente já numa fase de preparação muito importante, porque nós estamos enfrentando o momento mais crítico da Covid; ele está acontecendo agora. E eu acho que o Estado está fazendo o possível, os municípios estão fazendo o possível. Eu volto a afirmar a importância e a necessidade da população acompanhar esse esforço que está sendo feito. Não adianta você abrir leito de CTI, leito de retaguarda, comprar medicamento, comprar EPI para os profissionais, se a população não está obedecendo aos critérios sanitários. São critérios mínimos que todo mundo tem que seguir. É usar máscara, é higienizar as mãos, é manter o distanciamento social, e principalmente ficarem em casa aquelas pessoas que não precisam sair. As pessoas idosas, os grupos de risco – cardiopatas, diabéticos, hipertensos. Então, se a população não fizer a sua parte, não adianta trazer novos leitos de CTI, não adianta fazer esse esforço que está sendo feito. Então quero falar da minha alegria, neste momento, de votar os projetos e ver que Minas Gerais está recebendo os frutos do esforço que está sendo feito pelo governo Zema e pelo secretário Carlos Eduardo de trazer o credenciamento de mais 486 novos leitos de CTI para as cidades mineiras. Muito obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Carlos Pimenta. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Fernando Pacheco.

O deputado Fernando Pacheco – Bom dia, presidente, deputado Tadeu Martins Leite, bom dia a todos os deputados e deputadas. Eu vou me ater ao projeto de lei que foi aprovado, Projeto de Lei nº 2.081/2020, de que também sou um dos autores, assim como outros colegas. Eu quero exaltar esse projeto, que visa trazer um novo modo de poder crescer e desenvolver as indústrias que estão sendo muito afetadas neste período de pandemia. Ele visa à adoção de medidas, presidente, para o enfrentamento da situação durante o estado de calamidade pública, concedendo créditos especiais de recursos financeiros pelo BDMG às indústrias de todo porte que possam e assumam o compromisso de fornecer, produzir materiais hospitalares, EPIs, e também materiais de prevenção (– Falha na transmissão do áudio.) para o tratamento da doença e tantas outras alternativas que possam surgir. Essa questão foi posta de maneira que estamos deixando o Estado optar pelas diretrizes que achar que deve para a retomada do crescimento econômico. E esse projeto é muito importante. Há muitas outras opções para esse investimento ser profícuo e vantajoso, para que as plantas industriais possam ser modificadas, para produzir (– Falha na transmissão do áudio.) equipamentos médico-hospitalares, EPIs (– Falha na transmissão do áudio.). Quero alertar, para finalizar minha fala, para os altos índices de afetados pela doença. Em Minas Gerais, são mais de 80 mil casos confirmados, com quase 1.800 óbitos, presidente. Nós temos que fazer o isolamento. Dessa forma, despeço-me recomendando isolamento social neste período crítico. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Eu é que agradeço, deputado Fernando Pacheco. Neste momento, com a palavra, para declaração de voto, o deputado Charles Santos.

O deputado Charles Santos – Sr. Presidente, muito bom dia. Mais uma vez, eu gostaria aqui de fazer um agradecimento às deputadas e aos deputados, ao nobre relator, Gustavo Valadares, e dizer que, exatamente, Sr. Presidente, há três meses, no dia 17 de abril – aliás, no mês de abril –, esta Assembleia aprovou uma importante medida, que foi o uso obrigatório pelos mineiros das máscaras de proteção individual. E, no dia 17 de abril, o governo do Estado sancionou essa importante medida. Hoje, dia 17, mais uma vez, esta Casa protagoniza a aprovação do projeto de lei, de minha autoria, com o apoio irrestrito dos deputados e das deputadas,

a quem quero fazer um agradecimento em público. Essa medida fará com que o governo do Estado, através dos meios de comunicação, faça campanhas de incentivo e orientando a população a fazer o correto descarte dessas máscaras de uso individual, dos EPIs, equipamentos de proteção individual, para que a população saiba como fazer esse descarte. Como dissemos, as pessoas não podem jogar essas máscaras em qualquer lugar, não podem jogá-las nos passeios, não podem descartá-las nos bancos de praça, nos ônibus, porque nós precisamos conter, a qualquer custo, o contágio do coronavírus. Precisamos também proteger o meio ambiente. Isso é muito importante. Eu quero agradecer, Sr. Presidente, já encerrando a minha fala, às deputadas e aos deputados que nos acompanharam, que aprovaram essa medida tão importante. Parabéns também, Sr. Presidente Tadeu, os deputados e as deputadas que tiveram os seus projetos aprovados nesta manhã de sexta-feira. Muito obrigado. Bom final de semana a todos.

O presidente – Obrigado, deputado Charles Santos. Neste momento, com a palavra, para declaração de voto, o deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, um abraço a todos os companheiros. Esse foi mais um projeto que deu resultado. Mais um projeto que vai dar resultado é o projeto do financiamento. Eu acho que nós temos que pegar também todo o comércio e essas lojas. Estou tentando agora, Sr. Presidente, acertar um projeto em relação à linha de crédito para os motoristas de aplicativos e taxistas, que estão passando dificuldades. Mas eu precisava, Sr. Presidente, entrar em contato com urgência – e não estou conseguindo – com a secretária de Educação. Estou precisando falar com ela, porque nós estamos com um problema muito sério em relação às escolas. São mais de 6 mil escolas e 500 já fecharam. São escolas de curso livre, que não têm como funcionar on-line. Então, eu gostaria de apresentar para ela uma proposta para podermos ajudar esses proprietários, Sr. Presidente. São 6 mil escolas, 500 já fecharam, e nós precisamos de ajuda. Para finalizar, Sr. Presidente, eu queria colocar aqui o meu protesto e o meu desagrado com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Ontem, por volta de... Eu olhei no grupo da Assembleia, e tinha até vontade de mostrar aqui. Um dia, nós vamos ter a possibilidade de mostrar o que a gente recebe no WhatsApp. Ontem, um veículo, a motocicleta de um trabalhador foi rebocada. Na mesma hora, ele mandou para mim. O que aconteceu? O IPVA estava pago, Sr. Presidente, mas a taxa de licenciamento, não. O Detran está fechado. Ele pagou todas as multas. Então, não emitiu para ele o documento de 2019. E o veículo foi apreendido. Ele teve a sua motocicleta apreendida ontem, no horário das 18 horas, quando ele voltava do trabalho, Sr. Presidente. Foi uma maldade o que fizeram com o menino ontem. Eu acho que a Polícia Militar, neste momento, tinha, pelo menos, que ajudar, Sr. Presidente. Aqui está a motocicleta dele sendo colocada em cima do reboque, por falta de pagamento – o IPVA estava pago – do licenciamento. Isso ocorreu porque ele não recebeu ainda o documento. Então, fica aqui o meu protesto. Nós aprovamos leis para serem viáveis, mas o Brasil é desse jeito, aprova lei e não quer saber. A lei é aprovada, e a soldado Paula, ontem, não quis nem saber, chamou o reboque. Pegou o telefone e ligou para o reboque, para uma equipe. Esses policiais têm o telefone de todos os reboques. “Fulano, meu amigo, dá para passar aqui agora? Ha uma motocicleta aqui para você pegar”. E o menino agora está sem essa condição. Preciso falar da secretária de Educação. Alô, secretária de Educação, vamos ajudar essas escolas! E, para finalizar, deixo o meu abraço, o meu muito obrigado a todos aqueles que estão trabalhando na Assembleia e mostrando que nós temos uma Assembleia diferenciada, uma Assembleia que dá resultado. Lá no Serro – viu, Tadeuzinho? – em relação ao aumento do salário, eles vão voltar atrás, viu? O prefeito ontem foi para a rede social e falou assim: “Eu vou vetar.” Eu acho que ele tinha, antes de falar em vetar, que ter falado: “Gente, não vamos fazer isso agora, não”. Você sabe perfeitamente que o presidente da câmara ouviu a palavra do prefeito. Um abraço. Bela máscara, viu, Tadeuzinho? Priscila deu uma máscara bonita para você aí, hein?

O presidente – Obrigado, deputado Alencar da Silveira Jr.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as extraordinárias de logo mais, às 14 e às 18 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 2/3/2020

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.732/2020, dispõe sobre a abertura de créditos suplementares mediante a utilização de recursos resultantes de *superavit* de exercício anterior de recurso de convênio transferido pela União. A seguir, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de janeiro de 2020, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de janeiro de 2020, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 31/12/2019, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446/2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Casablanca Comunicação e Marketing Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de publicidade – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à concessão da prorrogação da disposição do servidor Bruno de Almeida Oliveira para o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a fim de continuar exercendo o cargo de Consultor-Geral do Tribunal de Contas, pelo período de 1º a 8/1/2020, com ônus para esta Casa Legislativa, nos termos da Resolução nº 800/1967, combinada com as Deliberações da Mesa nºs 363/1989 e 1.541/1998. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, e da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, é assinado o seguinte ato relativo ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.108, de 29/11/2018, da Lei Complementar Estadual nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 17/2/2020, o servidor Clóvis de Souza da Cruz, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 9 de março, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 9 de março de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 9/3/2020

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Aliança Francesa, tendo como objeto a parceria no desenvolvimento do Programa Assembleia Cultural, criado pela Deliberação da Mesa nº 2.666/2017 – parecer favorável à celebração do convênio, considerando manifestações da Gerência de Relações Institucionais/Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao deputado Cristiano Silveira,

Requerimento nº 2.497/2019, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao secretário de Estado de Segurança Pública e ao secretário de Estado de Administração Prisional pedido de informações sobre a estrutura, os recursos humanos disponíveis e a área de ação da Patrulha Preventiva da Violência Doméstica – PPVD – na cidade e na zona rural de Montes Claros – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 3.140/2019, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à subsecretária de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG –, ao comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – e ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais – CBMMG – pedido de informações sobre os índices de suicídio, consumados e tentados, dos agentes de segurança socioeducativos e penitenciários, policiais civis, policiais militares e bombeiros militares, do ano de 2014 ao ano de 2018, respectivamente – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.214/2019, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as razões da suspensão da oferta de exames de mamografia em unidades móveis no Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.713/2019, de autoria da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado aos secretários de Estado de Governo e de Planejamento e Gestão e ao advogado-geral do Estado pedido de informações sobre os procedimentos que o Estado está adotando para efetivar a antecipação dos recursos de nióbio e venda da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig –, as respostas aos questionamentos contidos nos itens I a VIII do Processo nº 1.040.662 e a documentação requerida nesses itens – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.774/2019, de autoria do deputado Bruno Engler, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o funcionamento do serviço de atendimento móvel de urgência – Samu – via motocicletas nos municípios onde esse serviço público é prestado e sobre a viabilidade de implantação desse sistema de atendimento nos municípios onde ainda não são utilizadas as motocicletas – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.846/2019, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre qual será o orçamento destinado à implementação de ações preventivas para o enfrentamento do feminicídio, no âmbito da política de segurança pública – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.847/2019, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a atual situação do Centro Risoleta Neves de Atendimento – Cerna – na política de atendimento às mulheres em situação de violência no interior do Estado e qual a previsão de destinação de recursos para sua manutenção – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.894/2019, de autoria da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – pedido de informações sobre a situação da exploração das águas minerais do Circuito das Águas, detalhando ainda o estado atual do envasamento e da distribuição das águas extraídas no Município de Lambari – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.234/2019, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre os critérios de demarcação urbanística na região de Vargem das Flores no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em atendimento à demanda apresentada à comissão durante audiência pública realizada no Município de Contagem – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.345/2019, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a previsão de pagamento da premiação dos beneficiários do Poupança Jovem, uma vez que o benefício não está sendo repassado aos alunos inscritos desde 2014, estando o governo, até o primeiro semestre de 2019, em débito com mais de 40 mil estudantes das nove cidades que fazem parte do programa no Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.506/2019, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o gasto previsto para a finalização das 95 obras das unidades básicas de saúde que estão abandonadas no Estado, conforme publicação do jornal *O Tempo*, bem como sobre o prazo para a conclusão e a entrega dessas

unidades aos cidadãos mineiros – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.573/2020, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER/MG – pedido de informações sobre a previsão de licitação e contratação de empresa para manutenção da LMG-871, que liga a cidade de Lima Duarte ao Distrito de Conceição de Ibitipoca e apresenta diversas irregularidades – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.619/2020, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o funcionamento do atendimento médico e a disponibilização de bolsas coletoras aos pacientes ostomizados no Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.637/2020, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o motivo de não terem sido concluídas as obras na Bacia do Ribeirão Arrudas, nos Municípios de Belo Horizonte e Contagem, que poderiam ter evitado as enchentes e alagamentos em diversas vias desses municípios, em especial na Avenida Teresa Cristina – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.648/2020, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações substanciadas na relação das obras realizadas pelo Estado ou com seu apoio financeiro e operacional, destinadas à mitigação do risco de enchentes, alagamentos e desabamentos em áreas urbanas e rurais do Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.659/2020, de autoria da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão e ao presidente do Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – pedido de informações sobre a nomeação dos candidatos aprovados no concurso público da Emater-MG nº 001/2015, uma vez que o resultado final se encontra publicado desde 19/12/2018 e que, para além da expectativa dos aprovados, há que se observar a necessidade premente de efetivo na mencionada empresa – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 4.756/2020, de autoria da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os serviços disponibilizados no Estado para o atendimento de crianças e adolescentes usuários de drogas, discriminando o número de vagas existentes e a sua distribuição no Estado por modalidade de serviços e o número de crianças e adolescentes usuários de drogas atendidos nos últimos dois anos – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.759/2020, de autoria da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de leitos de saúde mental em hospitais gerais disponibilizados pelo Estado e o número de usuários de drogas atendidos nesses leitos nos anos de 2018 e 2019 – parecer pela aprovação, aprovado. A seguir, em cumprimento ao disposto no inciso VI do art. 78, c/c os incisos XXXII do art. 82 e I do art. 86 do Regimento Interno desta Assembleia, para fins do previsto na Instrução Normativa nº 3/2011, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG –, a Mesa opina pela regularidade e legalidade da aposentadoria requerida pela servidora Marília Horta Simões, tendo em vista o cumprimento dos requisitos legais e após o devido processo lavrado em observância ao prescrito no § 1º do art. 5º da mencionada Instrução Normativa, autorizando o encaminhamento do mesmo ao TCE-MG, através do Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal – Fiscap. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, é assinado o seguinte ato relativo ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009, e 2.610, de 2/3/2015, dispensando Lêda Menezes Brant da função gratificada de nível superior – FGS –, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática – Gerência de Saúde, Trabalho e Assistência Social; designando Karina Aparecida de Souza Mairinque para a função gratificada de nível superior – FGS –, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática – Gerência de Saúde, Trabalho e

Assistência Social. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 13 de março, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 13 de março de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 13/3/2020

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.733/2020, dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus – Covid 19 – no âmbito da Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Duarte Bechir referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa RW Instalação e Manutenção de Ar Condicionado Ltda. – ME, tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e operação de sistemas e equipamentos de ar-condicionado, ventilação, combate a incêndio, motogeradores diesel e motobombas – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, e da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, é assinado o seguinte ato relativo ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.108, de 29/11/2018, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato: aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 9/3/2020, a servidora Deborah Maria Michielini de Larroquet, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo – taquígrafo. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 16 de março, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 16 de março de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 16/3/2020

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.734/2020, acrescenta dispositivos à Deliberação da Mesa nº 2.733/2020, que dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus – Covid-19 – no âmbito da Assembleia Legislativa. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, e da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 17 de março, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 17 de março de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 17/3/2020

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.735/2020, acrescenta dispositivos à Deliberação da Mesa nº 2.733/2020, que dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus – Covid-19 – no âmbito da Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Atrium Empresa de Viagens e Turismo Ltda. – EPP –, tendo como objeto a prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, serviço de hospedagem em hotel, contratação de seguro de viagem, locação de veículos na localidade de destino, traslados e recepção em aeroportos e despachantes para solicitação de vistos – parecer pela prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, e da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 18 de março, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 18 de março de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 18/3/2020

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 19 de março, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 19 de março de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 19/3/2020

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.736/2020, acrescenta dispositivos à Deliberação da Mesa nº 2.733/2020, que dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus – Covid-19 – no âmbito da Assembleia Legislativa. Na continuidade

da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, é assinado o seguinte ato relativo ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009, e 2.610, de 2/3/2015, designando Alice Magalhães Fonseca Nogueira para a função gratificada de nível superior – FGS –, com exercício na Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial – Gerência de Cerimonial. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 23 de março, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 23 de março de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 23/3/2020

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.737/2020, regulamenta a deliberação remota de proposições legislativas no âmbito do Plenário. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 25 de março, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 25 de março de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 25/3/2020

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide autorizar o servidor Antônio Jorge de Souza Marques a participar das ações de enfrentamento promovidas pelo Governo Federal, inclusive de reuniões estratégicas do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos do Covid-19, instituído pelo Decreto nº 10.277, de 16 de março de 2020, sem prejuízo de sua remuneração e demais direitos inerentes ao cargo que ocupa nesta Assembleia Legislativa. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 31 de março, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 31 de março de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 31/3/2020

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo Requerimento nº 4.983/2020, de autoria do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que, com objetivo de conter a proliferação do Coronavírus no Estado, suspenda o transporte intermunicipal para os municípios que já tenham casos confirmados da doença – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.984/2020, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG –, à Chefia da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG –, ao Comando do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais – CBMMG – e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para fornecimento imediato, aos servidores das instituições, de itens de proteção, como álcool gel, luvas e máscaras, em razão da propagação do Covid-19 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.988/2020, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para suspender a Portaria Conjunta 19/PR-TJMG/2020 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.990/2020, de autoria do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que promova a requisição administrativa do Othon Palace Hotel, localizado em Belo Horizonte, para que seja utilizado como instalação hospitalar no enfrentamento da pandemia do coronavírus – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.991/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que zere o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – que incide sobre álcool gel, álcool 70%, luvas, máscaras, assim como medicamentos utilizados para o tratamento dos sintomas do coronavírus – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.992/2020, de autoria do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que, em decorrência da gravidade da atual pandemia de infecção do novo coronavírus, tome providências imediatas para a mitigação dos efeitos da crise, implantando as medidas divididas em três eixos: 1. Social e renda: a) isentar as famílias de baixa renda cadastradas no Bolsa Família, Tarifa Social, além de outros programas sociais do Estado, do pagamento das contas de água e energia elétrica pelo período de 90 dias; b) adiar o pagamento das tarifas de energia elétrica dos meses de março, abril e maio para as famílias e estabelecimentos comerciais que consomem até 400kwh por mês, permitindo que efetuem o pagamento sem juros e parcelado a partir do mês de julho; c) adiar o pagamento da última parcela do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA –, que venceu entre os dias 13 e 19 de março; 2. Econômico: d) postergar a cobrança do ICMS de pequenas e médias empresas pelo prazo de 60 dias, cobrando-a parcelada após o período; e) liberar estímulos econômicos para pequenas e médias empresas através da abertura de crédito por meio do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG ; f) manter o fornecimento da merenda escolar nas escolas da rede estadual, observando os cuidados sanitários e mesmo providenciando para que os alunos possam levá-la para casa; 3. Saúde e prevenção: g) fechar estabelecimentos comerciais como bares, cinemas, shoppings, mantendo-se os serviços essenciais, como farmácias e supermercados; h) promover campanhas de conscientização pela televisão, rádio e internet sobre a atual crise, com enfoque na necessidade de as pessoas permanecerem em casa o máximo possível – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.993/2020, de autoria do deputado Betinho Pinto Coelho, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para viabilizar medidas que possibilitem a renegociação das dívidas dos devedores inscritos na dívida ativa do Estado, em razão dos efeitos do novo coronavírus na capacidade de geração de resultados financeiros positivos – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.994/2020, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para encaminhar a esta Casa proposta para concessão de gratificação especial para os servidores diretamente envolvidos no enfrentamento da epidemia do Covid-19 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.996/2020, de autoria da deputada

Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que sejam disponibilizadas equipes que realizem coleta de sangue na casa de doadores voluntários para garantir que o estoque de sangue da Fundação Hemominas não se reduza ainda mais durante o período de pandemia – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.997/2020, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para que seja garantido a todos os profissionais de saúde do Estado acesso aos equipamentos de proteção e prevenção individuais – EPIs – em quantidade adequada à necessidade deles, tendo em vista a imprescindibilidade do combate ao coronavírus e a importância da preservação da saúde desses profissionais – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.998/2020, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja analisada a viabilidade de isenção do ICMS nas contas de energia elétrica e dos serviços de comunicação para todos os mineiros nos próximos 180 dias – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.999/2020, de autoria do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja efetuado acordo com a Associação Mineira de Supermercados – Amis – que preveja que álcool gel seja vendido com margem de lucro zerada diante da epidemia do novo coronavírus e para que o Procon-MG seja responsável por fiscalizar a venda do produto – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.000/2020, de autoria de deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à SES pedido de providências para equipar os hospitais regionais dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri em caráter de urgência, para atender os casos de coronavírus da região e para analisar a viabilidade de finalizar as obras do Hospital Regional em Teófilo Otoni – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.003/2020, de autoria do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que realize imediatamente o pagamento dos valores destinados aos fundos municipais de saúde e às entidades de saúde, como hospitais e santas casas, indicados pelos deputados através das emendas impositivas do ano de 2019, e para que dê prioridade à finalização urgente das resoluções da saúde referentes às emendas parlamentares impositivas de 2020 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.004/2020, de autoria do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para o fechamento imediato da Unidade de Atendimento Integrado de Sete Lagoas – UAI –, em razão da atual pandemia do novo coronavírus – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.006/2020, de autoria do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao Procon Estadual e ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que intensifiquem a fiscalização sobre a precificação dos produtos de higiene, limpeza e medicamentos, para que os fornecedores mantenham a precificação em conformidade com as regras anteriores à pandemia e para evitar abusividades durante a emergência sanitária, aplicando as penas de multas e outras sanções já previstas – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.008/2020, de autoria do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que se abstenha de interromper, por tamponamento ou supressão, o fornecimento de água a residências e estabelecimentos comerciais por falta de pagamento e existência de débitos prévios enquanto durar o decreto de situação de emergência causado pela pandemia do novo coronavírus – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.009/2020, de autoria do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que haja maior precisão e agilidade nas decisões e orientações em relação à suspensão do funcionamento das escolas estaduais, determinada para preservar a saúde de alunos, professores e familiares, tendo em vista que a imprecisão nas orientações quanto à oferta de educação a distância tem gerado grande confusão entre diretores e professores das escolas estaduais, devido à falta de condições objetivas, principalmente no interior do Estado, para que inúmeras escolas ofereçam esse tipo de serviço – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.010/2020, de autoria do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para viabilizar a alteração pelos deputados da destinação das emendas parlamentares a serem executadas em 2020, a fim de que possam ser redirecionadas para o combate ao novo coronavírus no Estado, e a antecipação do repasse desses recursos, em razão da urgência da situação – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.011/2020, de

autoria do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para o adiamento do pagamento das contas de água e energia elétrica de todos os consumidores que tenham perdido seus rendimentos em razão da proibição de funcionamento decorrente das medidas emergenciais adotadas pelo governo para o combate à pandemia do novo coronavírus – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.013/2020, de autoria de deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para resguardar a população mineira da pandemia do novo coronavírus, cuja gravidade requer a adoção imediata das seguintes medidas: determinação de quarentena compulsória, com ordem para que a população mineira permaneça dentro de suas residências, com a possibilidade de saída tão somente para obter produtos ou serviços essenciais ou socorro médico, ou a trabalho, nos casos autorizados pelo Poder Executivo; criação de hospitais de campanha em número suficiente para suportar o pico de demanda por atendimento médico no auge da crise, devidamente equipados com respiradores em número compatível com essa demanda; aquisição de equipamentos de proteção individual para os profissionais da área de saúde; aquisição de testes para a Covid-19 em número compatível com a recomendação da Organização Mundial de Saúde – OMS – para conter a pandemia; criação de um canal direto, oficial, de comunicação com o Poder Executivo, em que os prefeitos e parlamentares, incluindo vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores, possam redirecionar demandas essenciais recebidas da população; e criação de um canal oficial, mantido pelo Poder Executivo, para manter a população informada sobre a pandemia, divulgar medidas de ordem sanitária ou econômica adotadas pelo governo do Estado e evitar a disseminação de *fake news* – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.014/2020, de autoria do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para realizar repasses emergenciais ao Município de Sete Lagoas e outros da região, a fim de que tenham condições de tratar os casos de infecção pelo novo coronavírus – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.015/2020, de autoria do deputado Virgílio Guimarães, em que requer seja encaminhado à Seplag – pedido de providências para incluir no pagamento da antecipação do 13º salário os servidores do Hospital Universitário Clemente de Faria – HUCF –, que, apesar de atuarem na área da saúde, estão vinculados à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, que, por sua vez, integra a estrutura da SEE – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.017/2020, de autoria do deputado Virgílio Guimarães, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para a manutenção da prestação de serviço de modo contínuo e regular a todas as famílias, evitando a suspensão do fornecimento de energia elétrica em casos de inadimplência do consumidor, enquanto perdurar o estado de pandemia da Covid-19 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.018/2020, de autoria do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que, se necessário, interceda perante à Minas Arena para que seja montada no Estádio Governador Magalhães Pinto (Mineirão) e em sua esplanada estrutura de sustentação para um hospital de campanha voltado para o atendimento às vítimas da Covid-19 no Estado e para que, durante a pandemia, o valor fixo que o Estado repassa à Minas Arena seja revertido para o combate à Covid-19 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.019/2020, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo dessa secretaria pedido de providências para que sejam definidas, com urgência, as orientações e medidas que serão adotadas pelas unidades socioeducativas do Estado diante da epidemia do novo coronavírus – Covid-19 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.020/2020, de autoria do deputado Bartô, em que requer seja encaminhado à Câmara dos Deputados pedido de providências para que os deputados federais atuem com o objetivo de destinar parte da verba do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – Fefc –, aprovada na Lei Orçamentária Anual de 2020, às ações de combate e prevenção à Covid-19 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.022/2020, de autoria do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que os municípios do Estado sejam autorizados a fechar divisas territoriais, evitando a transmissão intermunicipal do novo coronavírus – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.024/2020, de autoria do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para autorizar o Município de Cataguases a instalar

barreira sanitária através do bloqueio do acesso à cidade pelo trevo que liga a MG-447 à BR-120 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.027/2020, de autoria do deputado Zé Reis, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à SES pedido de providências para que sejam incluídos no grupo prioritário de vacinas contra a gripe os servidores da área de assistência social, tendo em vista o trabalho desenvolvido por eles neste momento de pandemia pelo novo coronavírus – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.028/2020, de autoria do deputado Zé Reis, em que requer seja encaminhado à Segov, à Seplag, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e à Subsecretaria de Direitos Humanos da Sedese pedido de providências para que sejam distribuídas cestas básicas às prefeituras, consórcios públicos e entidades sem fins lucrativos no Estado, para distribuição às famílias de baixa renda, em decorrência da pandemia de Covid-19 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.029/2020, de autoria do deputado Fábio Avelar de Oliveira, em que requer seja formulado voto de congratulações com os valorosos profissionais das áreas de saúde e segurança pública pelo incessante e competente trabalho de enfrentamento ao novo coronavírus no Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.030/2020, de autoria do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja apurado o descumprimento das medidas previstas no decreto estadual de calamidade pública em razão do novo coronavírus pelas empresas mineradoras no Estado, em especial aquelas situadas na região de Itabirito e na Região Metropolitana de Belo Horizonte – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.032/2020, de autoria do deputado Fábio Avelar de Oliveira, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde – MS –, à SES e à Secretaria Municipal de Saúde de Nova Serrana pedido de providências para a aquisição de aparelhos de respiração artificial para o tratamento de pacientes com problemas respiratórios, em especial aqueles diagnosticados com Covid-19 no referido município – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.033/2020, de autoria do deputado Fábio Avelar de Oliveira, em que requer seja encaminhado à Cemig, à Copasa-MG e à Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig – pedido de providências para que sejam cobradas apenas as taxas mínimas pelos serviços de fornecimento de energia elétrica, gás e água e tratamento de esgoto aos consumidores, durante o período de vigência do estado de emergência em saúde pública no Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.034/2020, de autoria do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que os órgãos de defesa do consumidor fiscalizem a comercialização de produtos necessários ao combate ao novo coronavírus, especialmente máscaras, luvas e álcool gel, impedindo a cobrança de preços abusivos – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.036/2020, de autoria do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – providencie linha de financiamento emergencial, com carência e condições especiais, para o setor de turismo, duramente afetado pelas medidas emergenciais de combate à pandemia do novo coronavírus – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.037/2020, de autoria do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para o pagamento do piso salarial aos enfermeiros, com jornada de 30 horas, e de auxílio-insalubridade e a garantia de locais adequados para o descanso, como reconhecimento do papel fundamental que essa categoria vem desempenhando na frente de batalha contra a pandemia do novo coronavírus – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.038/2020, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente do Grupo Energisa pedido de providências para que aprecie com o devido empenho o estabelecimento de medidas especiais para os consumidores dessa empresa, em toda a sua área de concessão em Minas Gerais, que inclui municípios como Estiva, Cambuí, Córrego do Bom Jesus, Senador Amaral, Camanducaia, Bueno Brandão, Itapeva, Extrema, Toledo e Munhoz, em face da pandemia do novo coronavírus, sobretudo quanto à flexibilização razoável da forma de pagamento das contas e à quitação de débitos de forma parcelada, sem a incidência de juros e multa – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.042/2020, de autoria do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para atender em caráter de urgência as demandas de equipamentos das instituições hospitalares da região Sul de Minas, que se colocaram à disposição para ampliação imediata de leitos disponíveis para o tratamento dos casos graves de infecção pelo novo coronavírus, a partir da aquisição dos referidos equipamentos –

parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.043/2020, de autoria do deputado Professor Irineu, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que o BDMG possa, por um período mínimo de três meses, suspender, sem ônus, o pagamento das parcelas de financiamento das prefeituras municipais e das pequenas e microempresas – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.044/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Federação Brasileira de Bancos, em São Paulo, pedido de providências para orientar e incentivar as instituições financeiras de todo o País a criar linhas de crédito com juros baixos para comerciantes de todo o País, incluindo autônomos, microempreendedores e empreendedores individuais, para o custeio de suas despesas com aluguel e folha de pagamento, se possível para vencimento no ano posterior ao da crise econômica ocasionada pela pandemia do novo coronavírus – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.045/2020, de autoria do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que o Estado defina critérios objetivos a serem observados pela Copasa-MG e pela Cemig, a fim de que o número de funcionários em trabalho presencial, no interior das unidades de trabalho ou nas ruas, seja reduzido ao máximo possível, mantendo-se, porém, compatível com a continuidade da prestação de serviços, e para que as medidas de prevenção ao contágio pelo agente causador da Covid-19 a serem respeitadas por essas companhias em relação a seus funcionários em trabalho presencial sejam padronizadas, definindo-se, por exemplo, o uso de instrumentos e equipamentos de proteção, tais como luvas, óculos e máscaras, entre outros, a fim de preservar a saúde dessas pessoas e de evitar a disseminação da doença – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.047/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Seplag e ao BDMG pedido de providências para a criação de linhas de crédito subsidiados para fabricação e compra de *kits* de teste para diagnóstico de Covid-19 e de equipamentos de proteção individual, como máscaras, álcool gel, uniforme de trabalhadores da área de saúde e rouparia de unidades de saúde – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.048/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Seplag e à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para a implantação de políticas públicas de fomento, incentivo e geração de emprego e renda no setor cultural – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.049/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao presidente do Senado Federal, ao presidente da Câmara dos Deputados e aos senadores da República e deputados federais por Minas Gerais pedido de providências para promover a suspensão do teto de investimentos públicos instituído pela Emenda à Constituição da República nº 95, de 2016; a revogação da Emenda à Constituição da República nº 86, de 2015, que reduziu os valores de investimentos obrigatórios para a saúde; a suspensão dos pagamentos dos serviços das dívidas de todos os estados com a União por dois anos, como o Supremo Tribunal Federal – STF – já fez com o Estado de São Paulo; a suspensão do Regime de Metas de Inflação, passando o Banco Central a ter como prioridade a manutenção da renda e do emprego do povo brasileiro; a utilização dos recursos na Conta Única do Tesouro no Banco Central, no valor de R\$1,350 trilhão, em janeiro de 2020, para o financiamento dos gastos da União com os programas emergenciais e com a assistência aos estados e aos municípios; a suspensão dos efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal para os municípios e estados para que possam obter recursos a fim de atender às demandas da população; o fortalecimento dos serviços públicos, especialmente nas áreas de saúde e proteção social; a implantação do salário mínimo emergencial, que subsidie o isolamento social de famílias e a ampliação do tempo de seguro-desemprego pelo período que durar a crise econômico-sanitária; a estabilidade no emprego por seis meses; o pagamento do seguro-desemprego e o fim da carência de 12 meses para que os microempreendedores individuais recebam o auxílio-doença, com extensão para todos os trabalhadores em aplicativos; a implementação de uma força-tarefa para liberar a fila do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS –, garantindo o acesso a benefícios por quase dois milhões de solicitantes; a criação de frentes de trabalho para o combate às demais epidemias paralelas – zika e dengue; a liberação de empréstimos pelo BNDES, pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal para as pequenas e médias empresas, a uma taxa de juros de 1% a.a., com a condicionante de não haver nenhuma demissão ou redução da jornada de trabalho; a desoneração temporária da folha de pagamentos e outros impostos para as empresas que garantirem os empregos de seus funcionários por seis meses; e a retomada imediata de todas as obras que estejam paradas por contingenciamento

de recursos – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.050/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Seplag pedido de providências para que o Estado promova o imediato custeio e faça um encontro de contas com as empresas que operam as linhas intermunicipais e metropolitanas relativos à gratuidade de passagens no transporte público – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.051/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para solicitar aos municípios que façam renúncias fiscais relativas à Transferência de Gerenciamento Organizacional – TGO – e ao Imposto Sobre Serviços – ISS –, relativamente às empresas de transporte que operam linhas municipais – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.052/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Seplag e à Sedese pedido de providências para a criação, em caráter emergencial, de frentes de trabalho para o combate às epidemias paralelas – zika e dengue – e a fabricação de equipamentos e insumos de proteção individual, como máscaras, álcool gel, uniformes para trabalhadores da área de saúde e roupa de unidades de saúde – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 1º de abril, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, em 1º de abril de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 16/7/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Elize Maria Julio, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

nomeando Jovenil Petzold Ferreira, padrão VL-20, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis.

AQUISIÇÃO POR ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 106/2020

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Flexform Indústria e Comércio de Móveis Ltda. Objeto: cadeiras. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.4.4.90 (10.1). Licitação: adesão à Ata de Registro de Preços nº 50/2019, do Ministério Público do Pará. Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 002/2019.



ERRATAS

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 45/2020

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 18/7/2020, na pág. 97, na assinatura, onde se lê:

“Cássio Soares, relator.”, leia-se:

“Gustavo Valadares, relator.”.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 176/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 18/7/2020, na pág. 97, na assinatura, onde se lê:

“Cássio Soares, relator.”, leia-se:

“Gustavo Valadares, relator.”.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.065/2020

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 18/7/2020, na pág. 126, na assinatura, onde se lê:

“Cássio Soares, relator.”, leia-se:

“Gustavo Valadares, relator.”.